

**REVISTA
ELETRÔNICA**

DIREITO & TI

DIREITO & TI – PORTO ALEGRE / RS

WWW.DIREITOETI.COM.BR

Nº 18 [JAN./ABR.]

ANO 2024

VOL. 2

**Edição Especial:
Programa Nacional
de Educação Digital**

WB
EDUCAÇÃO

ISSN 2447-1097

WB EDUCAÇÃO [CNPJ:41.653.466/0001-73]

Site: <https://wbeduca.com.br/pt/>

E-mail: revista@wbeducacional.com.br

REVISTA ELETRÔNICA DIREITO & TI [QUALIS CAPES B1]

Regras de submissão, cadastro e publicações: <https://direitoeti.com.br/direitoeti>

Editor-chefe: Emerson Wendt

Editora Edição Especial: Valquiria P. C. Wendt

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Direito e TI [recurso eletrônico] / Emerson Wendt e Alesandro
Gonçalves Barreto (Orgs.); WB Educação, v. 2, n. 18,
(jan./abr. 2024).
Porto Alegre: WB Educação, 2024. Edição especial: Programa
Nacional de Educação Digital.

Trimestral.

ISSN: 2447-1097.

Acesso em: <<https://direitoeti.com.br/direitoeti>>.

1. Direito - Periódicos. I. WB Educação.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Taís Amorim, CRB 10/2547

CONSELHO EDITORIAL

Ms. Alesandro Gonçalves Barreto

Dr. Emerson Wendt

Dr. Germano André Doederlein Schwartz

Prof. Manuel David Masseno

Ms. Marcelo Maduell Guimarães

Dr. Marco Aurélio Florêncio Filho

Dra. Renata Almeida da Costa

Ms. Paula Franciele da Silva

Ms. Valquiria P. C. Wendt

COMITÊ CIENTÍFICO

Dr. Adalberto Narciso Hommerding [Uri Santo Ângelo]

Dr. Alberto Enrique Nava Garcés [Academia Mexicana de Ciencias Penales]

Ms. Alesandro Gonçalves Barreto [WB Educação]

Ms. Cláudio Joel Brito Lóssio [Unyleya, PUCMG e Lab UbiNet - Portugal]

Dr. Cristiano Colombo [Unisinos]

Ms. Eduardo Peres Pereira [Unisc]

Dr. Emerson Wendt [Unilasalle, PUCRS, IDESP e WB Educação]

Dr. Germano André Doederlein Schwartz [Fundação UCS]

Esp. Gabriela Lima Barreto [Universidade Europea del Atlántico e Verbo Jurídico]

Dr. Guilherme Damásio Goulart [Cesuca]

Ms. Gustavo Boudoux de Melo (UNICAP)

Esp. Higor Vinícius Nogueira Jorge [UEMS]

Ms. Jordy Arcadio Ramirez Trejo [Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP]

Prof. Manuel David Masseno [Instituto Politécnico de Beja]

Ms. Manuel Martín Pinto Estrada [Direito na Faculdade do Baixo Parnaíba – FAP]

Ms. Marcelo da Luz Batalha [Unicamp]

Ms. Marcelo Maduell Guimarães [Universidade La Salle]

Dr. Marco Aurélio Florêncio Filho [Mackenzie, FMP/RS e PUCRS]

Ms. Paula Franciele da Silva [Universidade La Salle]

Dra. Renata Almeida da Costa [Unilasalle]

Dr. Ricardo Marchioro Hartmann [Cnec e PUCRS]

Ms. Rubem Bilhalva König [Unilasalle]

Ms. Sandro Süffert (Independente)

Dr. Thomaz Jefferson Carvalho [UEPB e Unesa]

Ms. Valquiria P. C. Wendt [Unilasalle e WB Educação]

EDUCAÇÃO DIGITAL, POLÍTICAS PÚBLICAS & DIREITO

Prezados leitores e entusiastas da interseção entre o Direito e a Tecnologia da Informação,

É com satisfação que apresentamos o segundo volume da 18ª edição da Revista Eletrônica Direito & TI, referente ao primeiro quadrimestre de 2024, como um espaço dedicado à exploração do tema “Política Nacional de Educação Digital”.

Nesta edição, reunimos uma seleção eclética de artigos elaborados por pesquisadores que se habilitaram a explorar o tema referente à Política Nacional de Educação Digital, promulgada pela Lei Nº 14.533 em janeiro de 2023, que trouxe mudanças significativas no cenário educacional do Brasil. Um tema relevante que merece destaque na pesquisa acadêmica! No quadrimestre de aniversário de um ano da lei, em janeiro de 2024, preparamos esta edição especial da Revista e convidamos pesquisadores a compartilhar suas ideias e descobertas sobre este importante tópico.

- Alguns tópicos de pesquisa que foram sugeridos:
- Análise crítica da Política Nacional de Educação Digital
- Direitos Digitais e Proteção de Dados
- Inclusão Digital e Populações Vulneráveis
- Impactos na Educação Básica e Superior
- Desenvolvimento de Competências Digitais
- Financiamento da Educação Digital
- Aspectos Jurídicos da Educação Digital
- Boas práticas internacionais

Assim, seis pesquisas foram selecionadas a integrar este volume: Vamos a eles:

O primeiro artigo, “Do Ensino Remoto ao Ensino Híbrido: Avanços e Desafios para a Educação Básica Brasileira, das autoras Maria Jose Dias de Freitas e Clara Mutti Vasconcelos, revisa literatura sobre ensino híbrido, discutindo desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras, destacando a importância da Política Nacional de Educação

Digital para a redução das desigualdades. Destacam que há nítida “necessidade de investimentos para a redução das dificuldades e desafios enfrentados pelas escolas, como políticas públicas de inclusão digital e acesso aberto à internet, adequação da infraestrutura das escolas, incorporação do tema na formação docente”.

Cássio Aparecido Amaral traz, em “Educação e os Desafios Atuais da Cultura Digital”, uma análise do papel do Estado nas políticas educacionais, destacando a necessidade de formação docente e inserção da tecnologia na sala de aula em consonância com a Política Nacional de Educação Digital. Destacam o “Estado como o principal interventor desse processo”, sendo “necessário que ele seja atuante no propósito, sucesso e concretização dos meios de comunicação na educação, e a instituição capaz de formar professores que sejam capazes de evidenciar em suas aulas e conhecimento e atuação a partir dessa premissa da cultura digital”.

O texto “Os Impactos das Plataformas Tecnológicas no Processo de Aprendizagem” de Higor Vinicius Nogueira Jorge e Diogo da Silva Roiz, explora a história do uso de tecnologias na educação brasileira, destacando a importância da Política Nacional de Educação Digital para guiar o uso dessas plataformas. Enfatizam os autores que é necessário “promover uma reflexão sobre as características da escola e do aluno da era moderna e da era contemporânea e as consequências da internet e da globalização na escola contemporânea”.

Alejandro Knaesel Arrabal, no texto “Ensino Jurídico e Competências Digitais em Perspectiva: Interseções entre as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito e a Política Nacional de Educação Digital”, analisa as diretrizes curriculares dos cursos de Direito em relação à Política Nacional de Educação Digital, enfatizando a importância das competências digitais e sua integração nos currículos jurídicos. O autor procura responder ao problema de pesquisa apresentado, ou seja, “o que se pode entender por competências digitais e como elas se apresentam para formação jurídica”. Alejandro destaca que “o conceito de competências digitais, embora revele acepções diversas, pode ser caracterizado como um conjunto de conhecimentos, habilidades e valores orientados à solução de problemas técnicos e/ou sociais de ordem concreta.”

Já em “Política Nacional de Educação Digital: Propostas, Desafios e Estratégias para a Promoção da Inclusão Digital e do Uso da Tecnologia na Educação”, Marcela Duarte reflete sobre a eficácia das estratégias propostas na Política Nacional de Educação Digital para promover a inclusão digital e o uso da tecnologia na educação brasileira, examinando seus desafios e oportunidades. Marcela problematiza “se as estratégias que são propostas na PNED são eficazes e adequadas à realidade brasileira, bem como aponta os principais atores envolvidos, as contribuições e os desafios esperados”.

Finalmente, Camila Henning Salmoria e Daiana Allessi Nicoletti Alves abordando a “Inclusão Digital um Passo Rumo à Justiça Algorítmica”, analisa a relação entre inclusão digital e justiça algorítmica, destacando a importância da Política Nacional de Educação Digital para promover equipes diversificadas e algoritmos mais justos. Camila e Daina avançam “para explorar a complexidade da justiça algorítmica e os desafios interdisciplinares que ela apresenta, destacando a importância de equipes diversificadas no desenvolvimento de algoritmos justos e equitativos”. Concluem elas que “as recentes políticas públicas em educação digital representam um passo inicial em direção à consecução da justiça algorítmica, embora seu sucesso dependa da efetiva implementação dessas políticas e da mitigação das desigualdades sociais”.

Esperamos que estes artigos contribuam para enriquecer o debate sobre os desafios e oportunidades no cruzamento entre o Direito e a Tecnologia da Informação, em consonância com a Política Nacional de Educação Digital.

**COORDENAÇÃO ACADÊMICA DA EDIÇÃO ESPECIAL “PROGRAMA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL”**

Emerson Wendt e Alesandro Gonçalves Barreto

SUMÁRIO

DO ENSINO REMOTO AO ENSINO HÍBRIDO: AVANÇOS E DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA..... 10 - 36

- Maria Jose Dias de Freitas
- Clara Mutti Vasconcelos

EDUCAÇÃO E OS DESAFIOS ATUAIS DA CULTURA DIGITAL 37 – 51

- Cássio Aparecido Amaral

OS IMPACTOS DAS PLATAFORMAS TECNOLÓGICAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM..... 52 – 61

- Higor Vinicius Nogueira Jorge

ENSINO JURÍDICO E COMPETÊNCIAS DIGITAIS EM PERSPECTIVA: INTERSEÇÕES ENTRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DOS CURSOS DE DIREITO E A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL..... 62 - 86

- Alejandro Knaesel Arrabal

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DIGITAL: PROPOSTAS, DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DIGITAL E DO USO DA TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO..... 87 – 102

- Marcela Duarte

INCLUSÃO DIGITAL UM PASSO RUMO À JUSTIÇA ALGORÍTMICA..... 103 – 119

- Camila Henning Salmoria
- Daiana Alessi Nicoletti Alves

ARTIGOS